



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social, geração e classes sociais

Sub-eixo: Juventude

JUVENICÍDIO NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLÊNCIA HOMICIDA CONTRA OS JOVENS

GIOVANE ANTONIO SCHERER¹

MARIANE DE CASTRO ECHER²

RESUMO

O artigo apresenta dados de um estudo que busca analisar como vem se expressando o juvenicídio na América Latina, a fim de compreender o impacto da crise estrutural do capital na trajetória de vida e de morte, na proteção social da juventude em países de capitalismo dependente. Aponta-se para a ausência de políticas sociais efetivas que impactam nos elevados índices de mortalidade juvenil.

Palavras-chaves: Juvenicídio, América Latina, Juventudes, Teoria da Dependência, Violência

RESUMEN

El artículo presenta datos de un estudio que buscó analizar cómo se ha expresado el homicidio juvenil en América Latina, con el fin de comprender el impacto de la crisis estructural del capital en la trayectoria de la vida y la muerte, en la protección social de los jóvenes en Países capitalistas dependientes. Señala la ausencia de políticas sociales efectivas que impacten las altas tasas de mortalidad juvenil.

Palabras clave: Juvenicidio, América Latina, Juventud, Teoría de la Dependencia, Violencia

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução

Juventude perdida ou “geração perdida”: é assim que o Atlas da Violência de 2024 busca se referir acerca das 49,2% vítimas de homicídio no Brasil. Os dados expressam uma das violências, e que é a principal causa de mortalidade entre os jovens de 15 a 29 anos, sendo que na realidade brasileira essa forma de violência vem ceifando, principalmente, as vidas da juventude negra. Essa realidade, grande parte das vezes, é invisibilizadas de inúmeras formas. As manchas de sangue não são as únicas a marcarem as trajetórias de vida dos jovens, mas sim um rastro de violações de direitos, que tem impossibilitado e limitado cada vez mais a construção de futuro para as juventudes não só brasileiras, visto que a morte prematura não vem ocorrendo apenas no Brasil, mas sim, em toda a América Latina.

A violência homicida, que vem ceifando vidas jovens em toda a América Latina se constitui como a expressão mais trágica de uma trajetória de violações de direitos. No caso brasileiro, o Atlas da violência 2020, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, dedica uma sessão exclusiva para debater acerca da mortalidade juvenil, destacando que no Brasil os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário de pessoas entre 15 e 29 anos. O estudo aponta que os homicídios foram a principal causa dos óbitos de jovens do sexo masculino, responsável pela parcela de 55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; de 52,3% daqueles entre 20 e 24 anos; e de 43,7% dos que estão entre 25 e 29 anos (CERQUEIRA, 2020)

Considerando esse panorama, o termo juvenicídio, construído pelo pesquisador José Manuel Valenzuela (VALENZUELA, 2015), manifesta-se como importante categoria que expressa a realidade cruel vivenciada pela juventude, ao designar o fenômeno da mortalidade juvenil por meio dos homicídios, a uma vinculação estreita com o modo de produção que estrutura a sociedade a partir da lógica da exploração, marginalização e morte da classe trabalhadora. Para o pesquisador Valenzuela (2015) são diversos os fatores que provocam essa interrupção de vida dos jovens, como por exemplo: a precarização, pobreza e desigualdade.

Com o objetivo de compreender a gravidade desses atos homicidas contra a juventude, é que vem sendo desenvolvido um estudo que busca desvendar as múltiplas determinações do Juvenicídio, especialmente em países de desenvolvimento capitalista tardio e periférico. Registra-se como indispensável para análise deste estudo a teoria social crítica, vinculada ao materialismo histórico-dialético. Diante da presente proposta, a discussão que será realizada no presente artigo se relaciona aos resultados preliminares do estudo “*Juvenicídio e Políticas*



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Públicas na América Latina: Rastros de Sangue nas Trajetórias Juvenis”, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A investigação tem como objetivo analisar como vem se expressando o fenômeno do juvenicídio na América Latina, a fim de compreender o impacto da crise estrutural do capital na trajetória de vida e na proteção social de jovens moradores de países de capitalismo dependente.

Neste sentido, o artigo, inicialmente, pretende apresentar o desenvolvimento de uma pesquisa do grupo de estudos que aborda o tema das juventudes em parceria com um movimento social e de um Centro de Educação Social e Socioeducação. Já no segundo momento, o texto apresenta alguns dados preliminares do estudo, mediando com os elementos constituintes do juvenicídio, buscando compreender a complexidade que envolve o fenômeno. Por fim, as considerações finais situam algumas reflexões sobre os resultados apontados pela pesquisa e necessidade de construir processos, de forma qualitativa, as trajetórias de vidas de jovens vítimas de homicídio, dando visibilidade para o contexto de violações de direitos que leva a sua expressão mais trágica: a violação do direito à vida.

Juvenicídio e Políticas Públicas na América Latina: Um debate necessário diante de uma realidade homicida

“Mapa da violência”, esse é o nome de uma das grandes criações do Chargista Bruno Galvão, ao tratar que, em 30 anos, o Brasil teve mais de um milhão de vítimas de homicídio, porém o curioso de sua arte é a forma de desvendar os dados de realidade. No centro de sua arte; crianças, adolescentes, jovens negros, idosos, mulheres e animais, no em torno, canos de arma de fogo com as escritas: “desigualdade social”, “exclusão”, “desemprego”, “omissão”, “preconceito”, dentre outras violações de direitos que ficam ocultos na sociedade e muitas vezes naturalizado.

Neste âmbito, o avanço neoliberal e conservador, fruto do modo de produção capitalista vem aprofundando ainda mais na ampliação e naturalização dessas violações dos direitos humanos, manifestando-se na realidade dos de sujeitos de maneira cruel, devastadoras e fatais, sendo uma delas o homicídio, que se configura sendo uma grande questão em diversos setores da sociedade, desde a política de segurança pública, saúde e as instituições judiciais e prisionais (SILVA, 2014). Sendo que, as diversas vidas levadas pela violência letal, atingem principalmente

corpos jovens, negros e periferizados, se constituindo na expressão mais trágica da violação de direitos.

Assim, o debate de precariedade da vida e da mortalidade juvenil, mostra-se como um movimento fundamental para evitar as tendências, de cunho neoliberal e neoconservador, que fragmentam e individualizam processos complexos, e jogam sobre a juventude a responsabilidade pelas violências vivenciadas, especialmente diante dos chocantes índices que coloca o Brasil como um dos países que mais mata seus jovens no mundo.

Com a intenção de se debruçar na análise acerca do fenômeno do juvenicídio na América Latina, a fim de compreender o impacto da crise estrutural do capital na trajetória de vida e na proteção social de jovens moradores de países de capitalismo dependente, é que o presente estudo busca investigar a expressão mais trágica das violações de direito: o direito à vida. O estudo está inserido no Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS, também é fruto da articulação do Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas – GEJUP/UFRGS, *que se constitui como um dos espaços de produção de conhecimento, com a Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil em Porto Alegre*, que se constitui como uma rede composta tanto pela juventude, quanto por profissionais vinculados às políticas públicas como assistência social, saúde, sócio jurídico, previdência social, educação; bem como, movimentos sociais, grupos de pesquisa, dentre outros. Nesse sentido, constitui-se enquanto um espaço de articulação entre a sociedade civil e o poder público para pensar de maneira coletiva, propostas que possam realizar o enfrentamento à mortalidade juvenil no município, desde 2016.

O estudo conta também com a parceria e articulação do *Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação – CIESS*, que é um órgão auxiliar da Faculdade de Educação da UFRGS que tem como objetivos, a promoção da formação acadêmica, a execução de medidas socioeducativas guiadas pelo desenvolvimento acadêmico, o desenvolvimento de ações de pesquisa e produção de conhecimento, as ações de educação permanente para estudantes, professores e outros profissionais, a realização de protocolos de cooperação, convênios e intercâmbio acadêmico, técnico e científico com instituições congêneres nacionais e internacionais, dentre outros.

A partir da perspectiva interdisciplinar e interinstitucional que o estudo possibilita o desvendamento da realidade da mortalidade juvenil na América Latina, buscando se calcar na teoria social crítica, para analisar o presente fenômeno, assim como, na perspectiva analítica da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Teoria Marxista da Dependência, buscando analisar as cadeias de mediações que se relacionam ao fenômeno na violência letal que atinge, especialmente, os segmentos juvenis. A Teoria Marxista da Dependência (TMD) é uma vertente da Teoria Social Crítica que leva em consideração a realidade latino-americana de capitalismo dependente, tendo como principais expoentes para a análise autores como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Orlando Caputo, entre outros. Já que a dinâmica da mortalidade juvenil e da reificação de vidas humanas não se apresenta enquanto um elemento “novo”, mas se concretiza como um processo que guarda novas e velhas dimensões, que têm relações com o desenvolvimento capitalista tardio, dependente e periférico vivenciado no Brasil, assim como em outros países da América Latina. Neste sentido, a presente perspectiva teórica mostra-se fundamental na análise da violência letal, e suas múltiplas determinações, uma vez que se compreende que o solo sócio-histórico latino-americano é irrigado com sangue.

Visando compreender a relação entre a mortalidade juvenil e as políticas públicas para a juventude na América Latina, essa pesquisa busca ir além das aparências dos fenômenos, com o intuito de romper com as concepções dualistas que colocam as juventudes ora como *problemas*, ora como vítimas da dinâmica da violência, desconectando o carácter estrutural presente no complexo de complexos, nos termos de Lukács (2005), da vida social.

O presente estudo teve o seu início no ano de 2023, sendo assim ainda está sendo desenvolvida, sendo pensada e elaborada por etapas. Na primeira etapa, analisar como vem se constituindo o fenômeno do Juvenicídio na América Latina nos países com maiores concentrações dos índices de mortalidade juvenil, considerando as suas particularidades e construções sócio-históricas, sendo realizado uma pesquisa bibliográfica e documental, tanto na perspectiva de analisar o processo histórico da região, como na compreensão da conjuntura contemporânea acerca da dinâmica da mortalidade juvenil. Sendo incluídas intencionalmente produções que fazem a reflexão acerca da construção histórica da América Latina, com especial destaque para autores filiados a *Teoria Marxista da Dependência*, relacionando com autores clássicos e contemporâneos da perspectiva marxista, a fim de compreender a formação sócio-histórica da região, bem como, acerca dos rebatimentos da crise estrutural do capital para os países de desenvolvimento capitalista periférico. Já na segunda etapa, se refere à análise em profundidade das particularidades dos países que apresentam maiores índices de mortalidade juvenil na América Latina, sendo incluídos nessa etapa da investigação os três países que apresentarem maiores índices de mortalidade juvenil. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

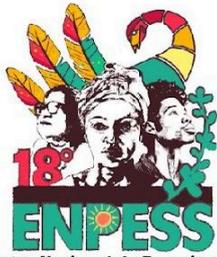
produções científicas e em documentos oficiais dos três países que concentram os maiores índices de juvenicídio na perspectiva de compreender, em profundidade, as particularidades e o contexto de cada um dos países. Além da análise de dados secundários acerca do contexto social de cada um dos países investigados, buscou-se analisar como vem se configurando a proteção social de cada um dos países. Será realizada uma pesquisa documental e bibliográfica nos sites oficiais de cada um dos três países, analisando a estrutura de políticas públicas e proteção social para as juventudes, com especial destaque para políticas de enfrentamento à mortalidade juvenil.

Por fim, a última etapa da pesquisa visa analisar as trajetórias de vidas de jovens em situação de ameaça de morte, compreendendo o contexto de violações e garantia de direitos, bem como, estratégias de resistências diante do contexto de risco iminente à vida. Para análise de tais trajetórias serão convidados a participar jovens que estão em situação de ameaça de morte ou a perda de outro jovem em decorrência da violência letal, especialmente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto ou fechado no Estado do Rio Grande do Sul³. A escolha por jovens que estão em cumprimento de medida sócio-educativa se dá com base nos dados levantados pela investigação *“Para Além dos Homicídios: a Mortalidade Juvenil e o acesso das Juventudes às Políticas Públicas”*, de autoria do grupo de pesquisa que elabora o presente estudo, que demonstra uma intrínseca relação entre socioeducação e mortalidade juvenil.

Após todas as autorizações éticas para a realização do estudo e autorização institucional da Fundação de Atendimento Sócio-educativo do Rio Grande do Sul (FASE RS), no que se refere ao meio fechado, bem como da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, no que se refere à execução em meio aberto; serão convidados a participar da pesquisa jovens do sexo masculino com idades entre 16 a 21 anos⁴ com previsão de redução da progressão da medida de internação ou extinção de medidas em meio aberto, e que estejam em situação de ameaça de

³ A presente etapa da pesquisa será restrita a realidade brasileira, sendo que o Brasil, segundo informações levantadas pelo estudo Global Study On Homicide: Understanding homicide- typologies, demographic factors, mechanisms and contributors (UNODC), está entre os países da América Latina que mais assassina jovens. A escolha do presente país se dá, tanto pelos altos índices como pela viabilidade da coleta por ser o país de residência do pesquisador coordenador do estudo. A investigação se dará no estado do Rio Grande do Sul, pelas mesmas razões com relação à viabilidade do estudo, bem como, por ser o estado do sul do Brasil que apresenta os maiores índices de crescimento da mortalidade juvenil nos últimos dez anos, segundo informações do Atlas da Violência (IPEA/2021).

⁴ Como refere o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o ato infracional é julgado na idade de sua ocorrência, sendo que é possível jovens realizando o cumprimento de medidas mesmo após os 18 anos de idade. A escolha da faixa etária e sexo biológico se dá com base nos achados da pesquisa *“Para Além dos Homicídios: a Mortalidade Juvenil e o acesso das Juventudes às Políticas Públicas”* que identificou que jovens do sexo masculino de 16 até os 21 anos é o perfil que mais sofre com a violência letal no RS.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

morte. Os jovens serão convidados a realizar entrevistas em história oral abordando a sua trajetória de vida, acesso às políticas públicas, expressões da questão social vivenciados em seu processo histórico e compreensões acerca da dinâmica da mortalidade juvenil. Com base nas entrevistas em História Oral, pretende-se entrevistar, em média 10 jovens, residentes da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Com tais jovens, serão realizadas, no mínimo, duas entrevistas, uma ainda durante o processo de cumprimento da medida e outra entrevista oito meses após o processo de extinção da medida sócio-educativa do jovem. As duas entrevistas em história oral, em tempos distintos do momento de vida do jovem, possibilitará analisar como vem se dando a sua circulação nos territórios, acessos às políticas públicas, relações familiares, entre outros.

Ainda na terceira etapa do estudo, pretende-se analisar a atuação e articulação das políticas públicas para adolescências e juventudes diante do avanço do juvenicídio, no que se refere às estratégias utilizadas na perspectiva da proteção social juvenil. Nesse sentido, a presente etapa procura investigar a compreensão dos trabalhadores das políticas públicas acerca do fenômeno do juvenicídio, sendo selecionados 10 trabalhadores das mais variadas políticas públicas (assistência social, saúde, educação, conselho tutelar, socioeducação, secretaria municipal de juventude, dentre outros) na região metropolitana de Porto Alegre. Com esses participantes, pretende-se investigar os desafios cotidianos no enfrentamento à mortalidade juvenil, diante dos desafios no tempo presente.

Por fim, após essas etapas investigação, com a observância da ética da pesquisa, como elemento transversal a todas as etapas, pretende-se analisar como vem se expressando o fenômeno do juvenicídio na América Latina, a fim de compreender o impacto da crise estrutural do capital na trajetória de vida e de morte e na proteção social de jovens moradores de países de capitalismo dependente. Neste sentido, no próximo subitem será apresentado os achados preliminares da primeira etapa deste estudo.

Juvenicídio na América Latina: Particularidades da dependência na perversidade do Capital

A análise realizada até o momento demonstra que o fenômeno da violência se alimenta das desigualdades, da miséria e da fragmentação cultural pela globalização econômica (DORNELLES, 2011), acarretada pela pelo processo de globalização neoliberal. Neste sentido,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

considera-se uma das diferentes formas de violência, a violência estrutural, que tem como características a desigualdade, a exploração, as relações de poder e a precariedade (LEAL; CÉSAR, 1998), sendo que o termo estrutural, se baseia no fruto das relações de produção da sociedade capitalista, que têm a sua base na exploração de um ser humano pelo outro.

Nesta perspectiva, sendo a violência fruto dessa lógica de sociabilidade capitalista, manifesta-se na realidade dos de sujeitos de maneira cruel, devastadoras e fatais, sendo uma delas o homicídio, que se configura sendo uma grande questão em diversos setores da sociedade, desde a política de segurança pública, saúde e as instituições judiciais e prisionais (SILVA, 2014). Assim sendo, o sentido de violência de acordo com Minayo e Souza (1998) ,está relacionado sobre as ações humanas de sujeitos, grupos, classes ou nações que comentem o assassinato em outros sujeitos, assim, o homicídio é uma das consequências da violência que é fatal.

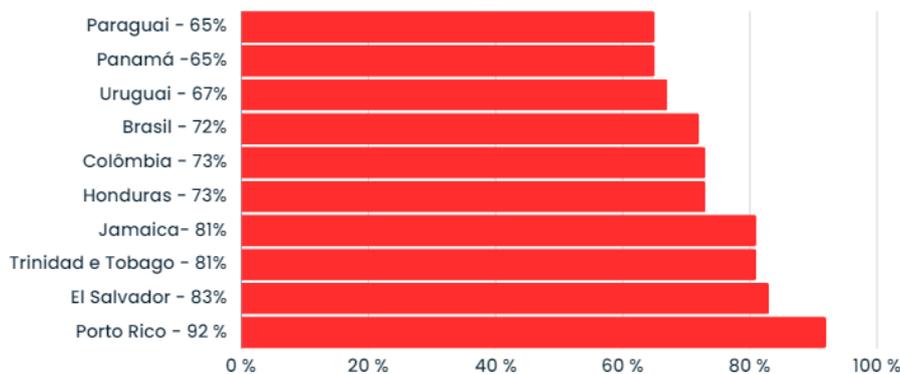
Em alguns países, incluindo o Brasil, o homicídio tem apresentado um crescimento considerável, sendo a consequência mais fatal da violência, de acordo com o *Global Study on Homicide publicado* em 2019, que busca compreender o fenômeno da violência letal em suas diversas faces, relacionando com as análise dos fatores demográficos, gênero e idade. O relatório também visa corroborar em ações de combate ao elevado número de homicídios ao redor do mundo, destacando algumas essenciais respostas, como a urgência no investimento de políticas públicas, com destaque maior na educação. Neste sentido, o relatório buscar analisar os “impulsionadores de homicídios”, verificando quais as diferentes tipologias e mecanismo de expansão deste fenômeno, apresentando suas múltiplas causas, dentre algumas estão: o fator socioeconômicos, ambientais, políticos, demográficos e estereótipos culturais, especialmente em relação aos papéis de gênero.

Segundo o levantamento deste estudo, a violência letal tem atingindo uma grande parcela das populações, atingindo consideravelmente os jovens, do sexo masculino, assim sendo, quanto maior for a taxa global de homicídios em algum país, maior será a proporção do jovens homens entre todos os homicídios registrados, sendo que, o contexto onde ocorre os homicídios seja bem diversificado: sociopolítico, contra a propriedade, interpessoais na família e fora da família, violência doméstica ou entre parceiros íntimos e envolvimento com grupos de crime organizado (UNODC, 2019).

Neste sentido, o contexto de homicídio responsável pelo maior número de mortes é o do crime organizado, tendo números mais elevados do que o conflito armado e o terrorismo juntos. Sendo que, na América Latina as taxas de homicídio de jovens do sexo masculino, são os maiores

alvos da violência letal na região, sendo estimado entre jovens de 18 a 19 anos 46 por 100.00 homicídios, número bastante superior ao enfrentado por seus iguais em outras regiões. Outra particularidade no estudo é o destaque da arma de fogo como protagonista da violência letal, a maioria deles está localizada na América Latina e no Caribe, conforme é possível verificar no gráfico abaixo.

Figura 1 - Os dez primeiros países em termos de proporção de vítimas de homicídio por arma de fogo, 2015.



Fonte: Global Study on Homicide, 2019

Comparando as taxas de vítimas de homicídio por arma de fogo em 2015 com as estatísticas de homicídios apresentado pela UNODC, 2005–2016, é possível observar que os três países com as maiores taxas globais de homicídios em 2016 eram em EL Salvador, que subiu no mesmo ano para 296 por 100.000 na faixa etária de 15 a 29 anos e para 205 por 100.000 na faixa etária de 30 a 44 anos, ou seja, um jovem de 14 anos naquele país corre o risco de cerca de 8 por cento de ser assassinado nos próximos 30 anos da sua vida. Já em com os jovens do sexo masculino na República Bolivariana da Venezuela e nas Honduras, as taxas de homicídio é de cerca de 200 por 100.000 habitantes na faixa etária dos 15 aos 29 anos, também enfrentam a cruel realidade da morte através de violência letal.

Neste sentido, é possível verificar que os mesmos países que registram altos índices de homicídios relacionados com o crime organizado, também são as maiores percentagens de homicídios por armas de fogo, sendo que, a maioria destes países são considerados com as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

maiores taxas de homicídio no mundo, estão localizada na América Latina e no Caribe. Diante de um contexto onde se revelam múltiplas precariedades, considera-se importante analisar a violência, uma vez que, tanto a degradação das diversas formas de trabalho, bem como a precarização das políticas públicas que atingem essas populações, são expressões da violência que é estrutural.

Neste sentido, cresce, especialmente nos territórios violentados pela lógica do capital, um mercado de trabalho extremamente lucrativo, proporcionando a possibilidade de inserção de muitos sujeitos no circuito do capital: o tráfico de drogas. Segundo Soares (2006), o tráfico de drogas é a dinâmica criminal que mais cresce nas regiões metropolitanas brasileiras e mais organicamente se articula à rede do crime organizado, financiando as armas que intensificam a violência associada às práticas criminosas. Sendo que, a inserção nesse mercado mostra-se extremamente perigosa pelo caráter violento que este mercado apresenta, já que se dá em função de sua organização interna, uma vez que o tráfico de drogas possui normas de conduta que visam garantir o controle e poder, sendo que, ao serem desrespeitadas, poderão gerar sanções executadas pela própria organização do narcotráfico; dentre essas sanções, a execução é a mais comum (FARIAS; BARROS, 2001). O caráter violento também poderá se dar no conflito entre o Estado, devido às políticas de combate e repressão a este mercado, uma vez que a política do Estado adotou a lógica da “guerra às drogas” como paradigma de intervenção, resultando em confrontos bélicos e aumento significativo do número de mortes – seja de pessoas envolvidas com o tráfico, policiais, ou ainda moradores desses territórios, que passaram a sofrer diretamente os efeitos deste confronto (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2008).

No Brasil, os dados de homicídio registrados nos anos de 1950 a 2015 apresentam uma redução no número de jovens populações, embora, a taxa de homicídios não seguiu a mesma tendência dos países com maior estabilidade social e econômica, aumentando nas últimas décadas. Outra questão, é que devido às altas taxas de homicídios, o Brasil sofre mais com assassinatos do que qualquer outro país da América Latina. Em 2015, foram registrados cerca de 58 mil assassinatos, considerado pelo estudo, o país que mais abriga cidades assassinas do mundo. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentam as maiores taxas de assassinatos devido a intervenções das Polícias Militar e Civil, sendo que em São Paulo no de 2018 teve um

aumento de 85% (851 mortes), ou seja, aproximadamente um em cada cinco assassinatos em São Paulo ocorre durante uma intervenção policial, já no Rio de Janeiro, o número de assassinatos realizados por policiais no ano de 2018 foi três vezes maior do que no ano de 2001, registrando que uma em cada quatro homicídios foi resultado de intervenção policial.

O juvenicídio no Brasil possui um nítido recorte ético-racial, uma vez que a dinâmica do racismo estrutural é componente constitutivo da dinâmica da letalidade nesse país. O atlas da violência de 2020 ressalta que as taxas de mortes de jovens negros apresentaram forte crescimento ao longo dos anos, entre os brancos os índices de mortalidade são muito menores quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução. No ano de 2018, os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos (CERQUEIRA, 2020). A análise dos dados e mortalidade juvenil demonstra no que diz respeito à dinâmica da descartabilidade da vida humana, que se sustentam no racismo estrutural, amparadas e fundamentadas pelo neoconservadorismo de cunho neoliberal.

Neste sentido, Arendt (1970), refere que a violência também pode assumir um caráter instrumental, já que é orientada pela categoria “meio/objetivo”, sendo justificada para alcançar um determinado fim, desta forma, segundo a autora, o estado usa de algumas políticas que utilizam-se do poder que possuem para atingir os objetivos específicos e manter, para além destes, a estrutura do poder (Silva, 2014). De acordo com os dados, o Europeu registrou um declínio de 68% nas taxas de homicídios desde o ano de 2002, enquanto no continente Asiático a taxa teve um declínio de 36% desde 1990. No que se refere ao continente Africano, os pesquisadores apontam lacunas de disponibilidades de fatos fiáveis na região, levantando suspeitas de que o homicídio é subnotificado nas estatísticas oficiais dos países do Pacífico. Pois segundo o relatório, é difícil de avaliar a longo prazo os homicídios e tendências, isso porque as estatísticas brutas de muitos países não estão disponíveis, já que em alguns países, tiveram eventos ocorridos que desorganizou na coleta, outros não tiveram recursos para recolher dados, enquanto alguns países não dispõem de dados fiáveis de justiça criminal sobre homicídios nem de estatísticas precisas de mortalidade que possam ser utilizadas como alternativa.

Além de expor os dados coletados, o estudo documentou sucessos na prevenção e combate da violência letal. Em suma, o estudo oferece exemplos de intervenções realizadas em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ambientes que teriam elevadas taxas de homicídio, visando evidenciar as possibilidades de enfrentamento e a redução das taxas de homicídios com intervenções pelas autoridades das instituições e do Estado.

Pondera-se que o estudo traz dados da realidade fundamentais para análise da violência letal no mundo, por outro lado, o relatório carece de elementos que são primordiais para compreender os fatores estruturais deste cenário, que diz respeito a dados de raça/etnia e classe, enquanto uma reflexão necessária para demonstrar que juventude está sendo assassinada, para que assim, possa se desvendar a realidade da violação dos direitos desse segmento social, sem ocultar as raízes que promovem as desigualdades, a exploração e opressão. Já que se considera o homicídio como consequência letal da violência, pode-se também considerar a violência por relações sociais de excesso de poder que impedem o reconhecimento do outro – indivíduo, classe, gênero, raça – mediante o uso da força e da coerção (SILVA, 2014).

A dinâmica dos homicídios é influenciada por indicadores demográficos. Por exemplo, um número elevado de jovens em uma população é proporcional ao número de homicídios da região, igualmente acentuado. No que se refere a gênero, o número de homicídios é sempre maior em homens quando comparado a mesma faixa etária de mulheres, em países com elevadas taxas nacionais de violência, maior será a proporção de vítimas do sexo masculino. Quanto aos dados analisados em países asiáticos, que têm uma taxa de homicídios reduzida, o número de violência letal contra homens e mulheres é semelhante. Em geral, a dinâmica dos números de feminicídio é influenciada por fatores socioculturais e é praticamente imutável durante grandes períodos de tempo.

Estudos anteriores indicam que na América Latina o fato para elevadas taxas de juvenicídio entre jovens de até 29 anos ou menos, tem relação com o abandono escolar e distanciamento do mercado formal de trabalho, importante considerar que o termo juvenicídio, cunhado pelo José Manuel Valenzuela (VALENZUELA, 2015), refere-se à morte sistemática da juventude, que guarda vinculação estreita ao modo de produção que estrutura a sociedade a partir da lógica da exploração, marginalização e morte da classe trabalhadora. De acordo com Rocha (2020), o termo juvenicídio vem do latim *juvene* [pessoa jovem] + *excidium* [destruição], se relacionando a forma destrutiva de tratar a juventude enquanto um fenômeno social que compõe a constituição das relações sociais brasileiras historicamente (ROCHA, 2020).

A análise da violência letal que vivencia a juventude em seu cotidiano, demonstra de forma nítida as violações de direitos humanos e dá visibilidade para a expressão mais trágica da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

questão social⁵, que é marcada por diversas privações, sendo originadas pelo modo de produção capitalista. O juvenicídio, então, constitui-se como resultado de um quadro complexo de violações de direitos que diversos segmentos da classe trabalhadora vivenciam desde os primeiros anos de vida, sendo assim: a morte de um jovem se constitui em uma síntese trágica de um contexto marcado pela desigualdade social. Nesse sentido, é imperativo que a análise do juvenicídio possa ser atrelada a raiz pela qual se geram os processos de subalternização e precarização da vida, isso é: compreendida por meio da dinâmica que geram as desigualdades sociais em uma sociedade guiada pela égide do capital.

O descarte de vida humana não é um fenômeno recente, sendo que a história do Brasil é manchada pelo sangue dos povos originários e de populações negras que foram sequestradas, escravizadas e mortas nesse país. O capitalismo brasileiro se consolidou por meio de um processo constitutivo que guarda marcas profundas ligadas ao seu passado colonial, enquanto uma colônia de exploração, reabsorvendo e redefinindo as desigualdades presentes nas relações raciais do passado escravista por meio do advento do trabalho “livre” e de novas condições sócio-históricas (FERNANDES, 2008).

Como bem demonstra Losurdo (2020), a escravidão se constitui como pedra angular para a consolidação das ideias liberais em todo o mundo, deixando suas marcas em um intenso racismo estrutural que compõe a dinâmica do descarte de vida humana na contemporaneidade. Em uma síntese dialética entre o arcaico e o novo, o Brasil constrói a sua história mantendo intacta a dinâmica da desigualdade social, sendo que a lógica genocida do passado se reapresenta no presente com novas roupagens, mas mantém a perspectiva da reificação da vida humana para as classes subalternas (SCHERER, 2022). Sendo assim, o massacre de vidas foi elemento que consolidou a lógica do capitalismo brasileiro, e, continua sendo elemento que marca a lógica das relações capitalistas atuais, reificando vidas e descartando corpos jovens e negros.

Enquanto um fenômeno subscrito nos complexos da sociedade burguesa, o juvenicídio se configura por meio de múltiplos processos que estão relacionados à destruição de postos de trabalho e à precarização laboral, bem como, a absorção da força de trabalho juvenil no mercado ilegal, violento e informal do tráfico varejista de drogas. Associado a isso, configuram-se componentes estruturantes do juvenicídio a ação do Estatal Penal de caráter punitivista, gestado por meio do falacioso discurso da “guerra às drogas”, bem como, a retração da proteção social da

⁵ Segundo Netto (2001) diz respeito ao “conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (NETTO, 2001, pg.16).

juventude desde os primeiros anos de vida em áreas como educação, saúde, assistência social, dentre outros.

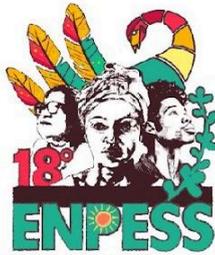
A proteção social das juventudes, em uma perspectiva dos Direitos Humanos, não configura a resolução do juvenicídio, mas é um caminho fundamental de enfrentamento à lógica que vem ceifando vida dos corpos jovens e negros em nosso cotidiano.

Considerações finais

O presente estudo buscou tratar acerca do fenômeno do juvenicídio na América Latina, a fim de compreender o impacto da crise estrutural do capital na trajetória de vida e na proteção social de jovens moradores de países de capitalismo dependente. Apresentando dados preliminares da pesquisa “*O Juvenicídio e Políticas Públicas na América Latina: Rastros de Sangue nas Trajetórias Juvenis*”, no qual demonstraram que são muitos os desafios vivenciados pelas juventudes nesse país de hegemonia racista, colonial e neoliberal.

O presente estudo ainda encontra-se em desenvolvimento, porém a análise realizada até o momento aponta que a realidade da mortalidade juvenil na América Latina mostra-se latente, mas ocultada por meio de uma visão fragmentada e reducionista do fenômeno. A análise dos dados e mortalidade juvenil revela a dinâmica da descartabilidade da vida humana, que se sustentam no racismo estrutural, amparadas e fundamentadas pelo neoconservadorismo de cunho neoliberal. Observa-se, de forma nítida, que a lógica genocida do passado se reapresenta no presente com novas roupagens. De acordo os dados, a América Latina é umas das regiões do mundo em que concentram os maiores índices de violência Letal, sendo o Brasil um dos países com maiores índices de homicídios do mundo, embora o país esteja experimentando uma redução considerável em sua população juvenil, em termos demográficos nos últimos anos, a taxa de homicídios não tem seguido a mesma tendência de declínio entre essa população, ao invés disso, a violência letal contra a juventude aumentou consideravelmente nas últimas décadas (UNODC, 2019).

Diante de um cenário de banalização da vida, lutar pelo direito à vida torna-se uma tarefa complexa, dinâmica e extremamente necessária. Entende-se, ainda, que a defesa pela garantia de condições de vida digna para as populações juvenis precisa incorporar a análise da dinâmica capitalista da sociedade periférica brasileira, considerando o complexo emaranhado de relações sociais que compõem a realidade do país. Essa análise não pode ser acompanhada de um discurso homogeneizante, que embaça a visão para a compreensão dos fenômenos; mas precisa



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ser calcada em um viés emancipatório, que apreenda a criticidade necessária para as transformações sociais.

Neste sentido, é impossível não pensar numa alternativa que não incorpore o fortalecimento de políticas sociais que visem a superação das desigualdades de gênero, raça e classe. Não obstante, o fortalecimento dessas políticas deve ser atrelado à realidade social das juventudes, tomando essa população enquanto um grupo heterogêneo, permeado por contradições, particularidades e peculiaridades.

Referências

ARENDRT H. **Da violência**; 1970.

CERQUEIRA, D.; B, S. (Coord.). **Atlas da violência 2020**. Brasília: Ipea; FBSP, 2019. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>.
Acesso em: 9 fev. 2024.

DORNELLES, João Ricardo W. **Direitos humanos e serviço social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FARIAS, Ana Amélia; BARROS, Vanessa A. **Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas**. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 3, p. 536-544, dez. 2011

LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

LOSURTO, Domenico. **Contra- História do Liberalismo**. São Paulo/SP: Editora Ideias & Letras, 2020

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de: **'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'**. *História, Ciências, Saúde— Manguinhos*, IV(3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio**: Nova York/EUA, 1948.

ROCHA, A. P. **O Juvenicídio Brasileiro: racismo, guerra às drogas e prisões**. Londrina: EDUEL, 2020

SCHERER, Giovane Antonio. **Juvenicídio, Território e Políticas Públicas: rastros de sangue na Cidade de Porto Alegre**. Ed. Cirkula, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SILVA, Jailson S.; FERNANDES, Fernando L.; BRAGA, Raquel. **Grupos criminosos armados com domínio de território**: reflexões sobre a territorialidade do crime. In: JUSTIÇA GLOBAL. (Org.). Justiça global: segurança, milícias e tráfico no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

SILVA, Juliana Guimarães. **Homicídio de jovens no Brasil**: o desafio de compreender a consequência fatal da violência, 2014.

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime/United Nations **Global Study on Homicide**. Vienna, 2019. Disponível em:
https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet_3.pdf. Acesso em: 9 fev. 2024.

VALENZUELA, J M (org). **Juvenicidio: Ayotzinapa y las Vidas Precarias em América Latina y España**, NED Ediciones. Barcelona, 2015